

FANTASIAS DESFEITAS À ESCALA NACIONAL: REMISSIVA DA TRAJETÓRIA DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Leonardo Rodrigues Porto¹

RESUMO

Este artigo propõe uma análise retrospectiva da trajetória de longo prazo da economia brasileira, desde finais do século XX até o presente. Como procedimento, examina-se os eventos e mudanças econômicas que ocorreram ao longo do tempo, destacando os principais fatores e períodos que influenciaram a economia do país. Numa perspectiva histórico-estrutural, aponta-se para uma crise permanente da economia à escala nacional, incapaz de contrarrestar a dinâmica geral do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Economia nacional. Globalização. Neoliberalismo. Política Econômica.

1 INTRODUÇÃO

A complexidade da economia capitalista contemporânea requer o conhecimento de seus principais elementos constitutivos e de como esses se inter-relacionam e se manifestam sob distintas escalas espaciais. De igual modo, essa complexidade implica na importância de se dialogar com os processos históricos de estruturação e reprodução da sociedade. Nesse sentido, manifesta-se a necessidade de se ampliar a compreensão sobre os fatores macroestruturais que influenciam as mudanças sociais e econômicas operadas em todo o território nacional. Assim, este artigo busca refletir sobre a seguinte questão: *como se comportou a economia brasileira em sua trajetória de longo prazo diante das transformações do capitalismo contemporâneo?*

No intuito de lidar com este questionamento, buscamos apontar os efeitos cumulativos de mudanças macroestruturais que atuam ou atuaram sobre os rumos da economia nacional, desde o início dos anos 1980 até o presente. O tempo decorrido de pouco mais de quarenta anos permite-nos direcionar o debate para as trajetórias de longo prazo, isto é, para os processos de desenvolvimento, seguindo a tradição estruturalista (Cano, 2012; Furtado, 1998). Tais reflexões são essenciais para a compreensão das mudanças e desafios de uma economia com o porte da nossa e com suas históricas especificidades estruturais (Macedo, 2023; Brandão, 2018).

Para proceder com a análise, fizemos uma revisão de literatura que resgata as principais transformações da economia brasileira, percorrendo os seguintes elementos: a) reflexão mais geral sobre a natureza e a dinâmica do capitalismo contemporâneo; b) discussão sobre as estratégias adotadas por diferentes países, configurando suas trajetórias nacionais recentes; c) análise da trajetória brasileira, consubstanciada em suas escolhas de política econômica e nas manifestações dessa trajetória sobre o seu processo de desenvolvimento.

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico (IE-UNICAMP). Professor visitante do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCEC/UESC).

Desde finais do século XX, verificou-se a expansão da riqueza financeira mundial (Braga *et al.*, 2017; Coutinho; Belluzzo, 1998), concomitante com quedas das taxas médias de crescimento econômico, elevação dos níveis de desemprego e processos de desindustrialização, com diferentes impactos nas economias centrais e periféricas. Entre os principais efeitos, destacamos a perda de capacidade de atuação dos Estados nacionais da periferia capitalista. Assim, o avanço da globalização e do neoliberalismo seriam as determinações mais gerais sobre nossa trajetória recente de desenvolvimento (Cano, 2017). Por sua vez, a emergência da economia chinesa passou a ser o “fiel da balança” da economia mundial neste início de século.

Esses fatores condicionaram os rumos da economia brasileira e os sentidos de sua crise, que associados às mudanças políticas e sociais desde os anos 1980, consistiram numa longa fase de “desconstrução do desenvolvimento nacional” (Cano, 2017). Desse modo, a trajetória recente permite-nos retomar a famosa imagem da *fantasia desfeita* de Celso Furtado (1989), com a diferença que, na atual quadra histórica, foi muito breve. Isto é, após duas décadas de péssimo desempenho (1980-1990), vestimos uma fantasia frágil, que logo se desfez.

Na seção 2, refletimos sobre o sentido das determinações do processo de desenvolvimento econômico, numa perspectiva multiescalar, que leva em consideração a dimensão espacial da economia capitalista. Com a seção 3, discutimos o padrão sistêmico de riqueza financeira no capitalismo contemporâneo e sua influência sobre as estratégias de desenvolvimento dos países centrais e periféricos. Por fim, debatemos a trajetória econômica brasileira desde os anos 1980, suas escolhas de política econômica e os efeitos de um modelo macroeconômico neoliberal (seção 4). Para tanto, fizemos uma proposição de periodização, levando-se em conta a trajetória de longo prazo, com os seguintes subperíodos: a) as origens de uma longa crise e o advento do neoliberalismo no país (seção 4.1); b) as mudanças políticas e sociais dos governos de esquerda, com a continuidade de um programa macroeconômico neoliberal (seção 4.2); c) o fim de uma “fantasia”, a (nova?) crise e a persistência ainda mais perversa do neoliberalismo na determinação dos rumos da Nação (seção 4.3).

2 O SENTIDO DAS DETERMINAÇÕES SOB O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O AJUSTE DAS ESCALAS ESPACIAIS

Interessa-nos tratar o problema de como avaliar as determinações econômico-espaciais de um país como o Brasil, buscando captar os elementos que refletem sobre seu aparelho produtivo nacional. O procedimento adotado decorre do próprio método histórico-estrutural e busca, ainda, maior ênfase em sua abordagem multiescalar (Brandão; Fernandez; Ribeiro, 2018), assumindo que os fenômenos estão relacionados e subordinados no espaço em diversas escalas e diferentes *níveis de determinação*²,

² De acordo com Egler (1991 p. 231), “a necessidade de compreender a espacialidade da dinâmica geral do capitalismo, sem perder de vista as especificidades do local, impõe que se estabeleçam distinções entre as escalas geográficas ou

cabendo estabelecer as articulações existentes entre eles (Egler, 1991). Nesse sentido, a complexidade da economia capitalista contemporânea requer o conhecimento de seus principais elementos constitutivos e de como esses se inter-relacionam e se manifestam em diferentes espaços.

A investigação que empreendemos busca se referir à noção de sistema econômico nacional (Cano, 2012). Dessa forma, nosso percurso de pesquisa buscou avaliar os efeitos decorrentes do movimento da economia global e das políticas macroeconômicas adotadas no Brasil. Há que se discutir, ainda, as próprias transformações na estrutura e na dinâmica do capitalismo contemporâneo, em curso desde os anos 1970. Em especial, o *padrão sistêmico* baseado na riqueza financeira (Braga, 2000) levanta questões cujos processos e efeitos precisam ser mais bem avaliados no âmbito das estruturas das economias nacionais, bem como em termos do desenvolvimento econômico.

Tal debate remete a fatores que permitem demarcar os elementos de periodização do objeto investigado e implica num complexo movimento analítico de mudanças das escalas espaciais. Disso decorre o fato de que a dinâmica social do espaço reflete a articulação de escalas distintas, cujos movimentos podem apontar, muitas vezes, para direções opostas. Logo, a questão das escalas é fundamental para a construção de um raciocínio espacial, pois, “não se trata de analisar o mesmo fenômeno em escalas diferentes [...], mas, compreender que são fenômenos diferentes porque são apreendidos em diferentes níveis de abstração” (Egler, 1991, p. 232).

Trata-se da tentativa de identificar a ordem de forças e fatores capazes de influenciar o ritmo das transformações na economia e na sociedade. Um debate subjacente se refere à estruturação do sistema econômico nacional. Ainda temos um aparelho produtivo nacional organizado ou ele se reduziu às participações de determinados segmentos em “cadeias globais de valor”? Isto é, em que medida a economia nacional ainda é uma escala relevante que precisa continuar a ser investigada?

Para nós, a análise da economia nacional visa verificar quanto dos elementos estruturantes desse aparelho produtivo continuam mais ou menos integrados, em que pese suas transformações e grau de inserção externa. Nesse sentido, a escala de análise ainda nos permite falar em economias nacionais, abarcando as modificações que sofreram ao longo do tempo. Como referência teórica e metodológica, Celso Furtado sempre tratou a questão nacional considerando sua posição na *divisão internacional do trabalho* (DIT)³. Seu método adotava a “distribuição” dos países na DIT como unidade básica de análise (Bastos, 2020), assumindo uma perspectiva do nacional dentro de um sistema mundial e do lugar da nação subdesenvolvida e periférica quando investigava as estruturas produtivas nacionais.

entre os níveis de análise espacial, precisando-os como instrumentos interpretativos do processo de desenvolvimento desigual do capital em sua dimensão territorial”.

³ A perspectiva da análise estrutural cepalina “[...] não é a nação propriamente dita, mas o sistema supranacional. Este também tem propriedades emergentes que não se resumem a uma somatória de ações e reações das nações, isto é, não é apenas um sistema internacional, mas um sistema no qual redes e dinâmicas mundiais, transnacionais, internacionais ou locais têm seu lugar. As propriedades emergentes do sistema mundial, aliás, condicionam as nações a relações que contribuem para estruturá-las como subsistemas com características e dinâmicas específicas” (Bastos, 2020, p. 235).

Desse modo, não é nova uma abordagem que trata os desdobramentos da economia nacional e seus rebatimentos regionais pelo papel e a posição que essa economia ocupa na DIT (Hernandez, 2022; Bastos, 2020). A novidade é um parque produtivo muito mais complexo do que o encontrado por Furtado, na segunda metade do século XX. Não obstante, essa novidade consiste, por um lado, num aprofundamento das tendências reportadas por esse autor, como é o caso do grau de dependência de nossa economia e das mudanças nos centros decisórios de poder (Furtado, 1998). Por outro, o atual ciclo de transnacionalização da produção tem provocado a desarticulação dos núcleos nacionais de industrialização, redirecionando seus centros dinâmicos para o exterior.

Esse processo simultâneo de maior inserção externa e de desindustrialização pode resultar no rebaixamento da economia periférica dentro da DIT⁴ (Hernandez, 2022). Mas, a constatação de que o sistema produtivo é cada vez mais globalizado não é suficiente para reduzir a problemática do subdesenvolvimento ao tipo de inserção dessa economia nas cadeias globais e à dinâmica financeira do capitalismo contemporâneo. Nessas circunstâncias, é possível afirmar que a proposição do método histórico-estrutural se mantém, uma vez que se verifica a existência de “descontinuidades de estruturas específicas – o centro e a periferia – cuja gênese histórica era singular e irrepetível” (Bastos, 2020, p. 232) e que caracterizam a maneira como esse sistema está organizado.

Com base nessas premissas, a escala nacional não desaparece ou perde relevância, mas modifica seus parâmetros. Por exemplo, os fatores de produção ainda o são, em grande parte, nacionais – em especial, a terra e o trabalho – ou estão vinculados a um conjunto de determinações cujas escalas relevantes são a nacional e a regional. Já o movimento do capital é mais complexo e apresenta determinações que demonstram ser muito mais de ordem externa. Contudo, isso não se dá sem redimensionar as condições de reprodução dos capitais locais previamente existentes. Além disso, cabe reconhecer que o Brasil está organizado com base em relações federativas, fundamental para explicar suas determinações nacionais (Furtado, 1999). A forma de organização do Estado nacional é um elemento central da natureza desse sistema econômico e da sua condição de Nação.

3 PADRÃO SISTÊMICO DE RIQUEZA FINANCEIRA E AS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Em distintas tradições teóricas no campo da Economia Política, se destacam a primazia do dinheiro e do crédito na dinâmica da economia capitalista contemporânea. Com efeito, a estrutura da indústria moderna seria impensável sem a existência do crédito e a capacidade intrínseca do sistema monetário-financeiro de “criar dinheiro”. Na atual quadra histórica, ganham destaque os atores-chave,

⁴ Na nova DIT, esses países buscam se especializar nos elos das cadeias produtivas intensivas em trabalho e com baixa agregação de valor. No caso do México, adotou-se o modelo manufatureiro exportador, baseado na importação de componentes e de maquinaria para posterior exportação (Hernandez, 2022).

as relações e os processos emergentes, tais como as novas formas sistêmicas de regulação e a instabilidade estrutural do sistema econômico mundial.

Serfati (2011), por exemplo, identificou fortes inter-relações entre o setor produtivo e as finanças. O autor destaca o papel das grandes corporações transnacionais (TNCs), que se baseiam na centralização e comando sobre os ativos financeiros e levam a uma estrutura organizacional (*holdings*) que se ajusta ao seu modo de ser. Dessa maneira, as TNCs passaram a operar como os *loci* dos processos globais de valorização, redefinindo o caráter do comércio internacional e da produção, bem como a forma em que as empresas *não financeiras* interagem com as *financeiras*.

Mas, a dinâmica do capitalismo contemporâneo não se limita aos papéis exercidos pelas TNCs. Os processos relativos à maior dominância das finanças repercutiram na emergência do novo padrão sistêmico de riqueza (Braga, 2000; Braga *et al*, 2017). No âmbito dos grandes capitais centralizados, é o poder financeiro – dado pela grande concentração e centralização de capital na forma de finanças, via fusão de capitais – que explica o poder das TNCs e a *macroestrutura financeira* que emerge daí.

Um dos sintomas dessas transformações é a maior preocupação com a estabilidade monetária e financeira, que tem por mote a busca por um sistema *sem colapso*, mas *sem desenvolvimento* (Braga, 1996). Isso se evidenciou na crise financeira internacional de 2008, quando os Bancos Centrais e Tesouros Nacionais das principais economias mundiais não remediaram esforços em defesa da sustentação do valor dos ativos financeiros (Braga *et al*, 2017), sob a premissa de resguardar a economia de um colapso do sistema⁵.

O dado quantitativo mais evidente das transformações estruturais que o capitalismo sofreu desde finais do século XX refere-se à enorme ampliação dos ativos financeiros na composição dos *portfólios* dos agentes econômicos mais relevantes (Braga, 1996; Braga *et al*, 2017). Em face da liberalização dos mercados de câmbio e da desregulamentação dos fluxos de capitais (Coutinho; Belluzzo, 1998), os preços dos ativos passaram a se elevar com uma velocidade muito maior do que com a acumulação de capital por meio dos ativos operacionais, subordinando as expectativas de ganho e as decisões de gastos dos agentes.

O mercado mundial se ampliou, caracterizando-se pela maior *profundidade*, *liquidez*, *mobilidade* e *volatilidade* dos negócios (Coutinho; Belluzzo, 1998). Os processos de *inovações financeiras* (Minsky, 1984) e de informatização dos mercados levaram a uma aceleração dos ciclos de valorização dos ativos. Com isso, o impacto da variação dos preços dos ativos (“efeito riqueza”)

⁵ Durante a pandemia, voltamos a visualizar Estados nacionais agindo para salvar as instituições financeiras. Nos primeiros meses de 2020, tornou-se emblemática a mudança de posição de economistas ortodoxos que passaram a defender a emissão de dívida e a injeção de dinheiro no sistema econômico brasileiro, devida a paralisia geral da atividade econômica provocada pelos isolamentos sociais ao redor do mundo. Todavia, as ações denotaram a celeridade em que as medidas foram tomadas para salvar o setor financeiro, em comparação com aquelas relacionadas à *economia real*, bem como aos trabalhadores e ao conjunto da população em condições de vulnerabilidade social. Economistas heterodoxos, por outro lado, alertaram que os custos para o conjunto da sociedade de não socorrer o sistema financeiro seriam drásticos. Eis a política econômica sequestrada pela necessidade de estabilização imposta pela dinâmica financeira do capitalismo.

sobre o comportamento dos agentes e o desempenho da economia implica em oscilações mais violentas das variáveis “reais”: o consumo e o investimento (Coutinho; Belluzzo, 1998).

Pelo exposto, se intensificou o avanço das inovações e instituições financeiras e ampliou-se o volume de capitais geridos por grandes corporações, cujo processo de capitalização financeira se manifesta como uma novidade *macroestrutural*. O capitalismo transformou-se num *padrão sistêmico de riqueza* baseado nas *finanças* e governado por grandes empresas, bancos e instituições financeiras. Daí, que a dinâmica do sistema econômico moderno responde à determinação estratégica de grandes conglomerados que atuam em nível mundial e condicionam o ritmo de crescimento e a direção do progresso técnico, da acumulação produtiva e financeira do capital (Braga, 2000; Braga *et al*, 2017).

Tal complexidade implica na importância de abordarmos como se deram as manifestações geopolíticas e geoeconômicas decorrentes dessas transformações estruturais do sistema capitalista, desmistificando a ideia de que os processos recentes da economia mundial conduziram a adoção de políticas uniformes entre os países (Furtado, 1998). A configuração de um capitalismo global financeirizado redefiniu uma matriz de poder mundial que perpassa pelo papel do dólar como moeda forte e elemento central do sistema financeiro internacional, pelas possibilidades de consolidação (ou não) de alternativas ao dólar nas relações internacionais, bem como pelo formato que os Estados nacionais assumem nesse novo recorte político (Furtado, 1998; Fiori, 1999).

Um traço importante desse período refere-se à crescente interdependência das economias nacionais, isto é, a *globalização produtiva, comercial e financeira*, caracterizada como um movimento de integração política planetária que leva à redução do alcance da ação reguladora dos Estados nacionais (Furtado, 1998). Todavia, deve-se ter em conta a hierarquia de papéis e a inserção diferenciada em que cada economia ou país participava desse processo. Nesse sentido, a geopolítica também tem um papel fundamental na compreensão do atual sistema econômico (Fiori, 1999).

Tavares (1997) demonstrou como o elemento central dessa nova ordem econômica mundial estava na capacidade dos EUA de enquadrar econômica, financeira e político-ideologicamente seus principais parceiros e adversários. Isso se evidenciou quando, em finais dos anos 1970, os EUA impuseram um ajuste recessivo às principais economias do planeta, com impacto nas economias periféricas. As repercussões no ordenamento mundial desse movimento impuseram enormes desafios aos países periféricos, em especial, à continuidade do processo de desenvolvimento das economias latino-americanas. A ampliação da liquidez internacional e o crescente fluxo de capitais, desde início dos anos 1970, já colocavam para esses países a necessidade de adoção de políticas protecionistas e de maior rigidez do fluxo de capitais, como mecanismos de contenção dos efeitos da volatilidade cambial e dos fluxos internacionais, mas com risco de perda de investimento externo.

De acordo com Cano (2000), entre os anos 1920 e 1980, os países da América Latina tiveram algum grau de soberania nacional na condução de suas políticas econômicas de desenvolvimento.

Contudo, o novo contexto constrangeu esses países a uma forma subordinada e passiva de política econômica, agravado pelo respaldo interno de frações das burguesias nacionais. A América Latina verificou o fim da sua onda industrializante, cujas economias nacionais foram constrangidas a ajustes de diferentes vieses nas décadas seguintes. Nos anos 1980, destacam-se: a) corte dos gastos correntes e do investimento público; b) contenção da expansão dos meios de pagamento; c) desvalorização da moeda e o incentivo às exportações; d) arrocho salarial. Já na década de 1990, o conjunto de medidas adotadas tiveram outro tipo de receituário. Os ajustes e reformas estruturais incluíram a conclusão da renegociação da dívida, a estabilidade dos preços e reformas liberalizantes.

O êxito nas políticas de estabilização seria sustentado por uma armadilha cambial, dada sua instabilidade implícita. As políticas implicavam em juros reais elevados, mudanças na estrutura do balanço de pagamentos e nova onda de investimentos externos, sob a lógica das TNC's (Cano, 2000). Com a apreciação cambial, esses países acumularam déficits comerciais, dado o crescimento das importações, também impulsionadas pela expansão da demanda interna em função da estabilização monetária. Ademais, o sucesso das políticas de estabilização implicava num afluxo de capitais especulativos, que gerava novas pressões sobre a política monetária, dado que exigia criação de reservas cambiais para sustentar a vulnerabilidade no balanço de pagamentos (Batista Jr., 1996). A instabilidade decorrente desse modelo se manifestou nas crises enfrentadas ao longo dos anos 1990, o que também expressa o sequestro da política econômica (Cano, 2000).

Adentrando-se aos anos 2000, a economia mundial voltou a apresentar novo dinamismo. Verificou-se um movimento ascendente da liquidez internacional, ampliando-se o processo de liberalização das finanças e o estoque de ativos financeiros. Destaca-se o desempenho econômico dos EUA, com forte expansão do consumo das famílias, devido a facilitação do crédito e redução das taxas de juros (Tavares; Metri, 2020). Por sua vez, verificou-se o crescimento acelerado da produção manufatureira na China, que liderava a articulação de cadeias produtivas regionais na Ásia.

O mundo verificou a expansão da demanda por produtos primários, movidos pelo “efeito China”. A América Latina beneficiou-se, dado que o desempenho dos países asiáticos correspondeu ao crescimento da exportação de *commodities* (setores energético, alimentício e de minerais). Somente com a crise financeira de 2008, se verificaria a inflexão dessas variáveis (liquidez, demanda de produtos primários e o consumo americano). O impacto da crise global freou o crescimento das principais economias e levou à redução do fluxo de comércio internacional. Isso também repercutiria na oscilação dos preços das *commodities* e no refluxo da circulação de capitais.

A chamada “crise imobiliária” teve uma conexão tão profunda com o sistema financeiro que ganhou o *status* de crise financeira internacional. Tratava-se de um montante estratosférico de valores não pagos dentro do sistema, que levaria à quebra de grandes instituições financeiras. Os EUA e

outros países europeus precisaram intervir para salvar várias instituições com finanças afetada, além das grandes quedas das bolsas de valores por todo o mundo.

Em decorrência da crise, verificou-se a modificação da estratégia competitiva das grandes corporações, que se ancorou numa política industrial agressiva das economias centrais e da economia chinesa (Hiratuka, 2018). A estratégia implicava na busca por estruturas de produção e de comercialização ainda mais flexíveis, com mais segmentos das etapas mais básicas da produção e o maior controle dos ativos intangíveis. O ritmo lento de recuperação da economia mundial após a crise reforçou a necessidade dessa estratégia, com as TNC atuando para reposicionarem sua atuação no mercado e reduzirem sua capacidade ociosa.

Os países latino-americanos foram bastante afetados, perdendo competitividade no comércio de manufaturas. Não apenas o comércio internacional se retraiu, como os próprios mercados domésticos passaram a sofrer com a maior entrada dos produtos importados (Hiratuka, 2018). Desse modo, suas estruturas produtivas intensificaram o processo de “especialização regressiva” que já estava em curso desde os anos 1990, com a abertura comercial e demais políticas neoliberais. Com sua indústria perdendo a capacidade já reduzida de competir internacionalmente, reforçou-se a importância relativa dos setores primários na pauta exportadora desses países (reprimarização).

Cabe destacar, ainda, os efeitos da política monetária adotada pelos EUA e países da Europa visando sua recuperação econômica pós-2008, com as medidas de “*quantitative easing*” (QE)⁶, que elevaram a liquidez do sistema mundial e tiveram repercussões sobre o setor externo das economias periféricas. Sua capacidade de estímulo à economia, naquele momento, deparou-se com a elevação das reservas bancárias e com a reticência do setor privado de mobilizar recursos de maneira produtiva. Em vez disso, a enorme injeção de liquidez alimentou outro ciclo de especulação financeira (Belluzzo, 2013). Com o fim dessa política, se verificaria a reversão dos fluxos financeiros (enxugamento de dólares), elevando o preço dos títulos norte-americanos e pressionando as moedas que se desvalorizavam em relação ao dólar.

Outro elemento importante para entender a dinâmica econômica mundial, foi o processo de integração e crescimento asiático e a ascensão da China. No leste e sudeste da Ásia, houve um movimento de complementaridade entre os países, com aproveitamento de vantagens oriundas da formação de cadeias produtivas e de comercialização (Cepal, 2007). Deu-se, então, o crescimento do comércio intrarregional e “intraprodutivo”, na qual a economia chinesa passou a funcionar como um “duplo polo” do movimento de integração regional (Medeiros, 2006). Num polo, era importante produtora de TI e de bens de consumo industriais para o Ocidente, ocupando ‘fatias’ de mercado dos

⁶ Tal programa consistiu na recompra mensal dos títulos do tesouro americano. A crise econômica havia deflacionado muito os preços dos ativos (reais e financeiros), de modo que as decisões de gasto foram interrompidas, num cenário de incertezas. Desse modo, o QE era um instrumento de injeção de liquidez que visava estimular as decisões de gasto e recuperar os preços dos ativos.

demais produtores da Ásia. Noutra polo, seu mercado interno tornou-se um centro dinâmico para a exportação dos países do sudeste asiático. Com isso, a China passou a ser um exportador líquido para países como os EUA e o Japão e um importador líquido para a Ásia.

O crescimento chinês afetou o comércio regional tanto devido às modificações de sua pauta exportadora e importadora, como pelo ritmo de crescimento de seu mercado interno. Dessa maneira, emergiram novos padrões de comércio intrarregional asiático e diferentes possibilidades de articulação entre aqueles países, consolidando a estratégia chinesa de exercer sua liderança regional (Medeiros, 2006). O desempenho da China e dos países do leste e sudeste asiáticos representou mais de 50% do crescimento do PIB mundial no ano de 2001 (Cepal, 2007), o que levou a um reordenamento da economia mundial, ao provocar o reposicionamento estratégico das empresas estadunidenses e da União Europeia com relação àquele continente.

Assim, os países do leste e sudeste asiáticos passaram a representar parcelas significativas do comércio internacional, mesmo comparando-se com os principais países do mundo, além de elevarem sua participação nos fluxos regionais de investimentos externos. A ascensão e crescimento da economia chinesa teve, ainda, importantes rebatimentos sobre a indústria mundial e sobre os termos de troca entre produtos industriais e os bens primários (*commodities*). Claro, isso veio a repercutir nas economias periféricas latino-americanas (Sugimoto, 2017), cujo aumento da demanda mundial por *commodities* e a elevação de seus preços tornou-se um forte componente da dinâmica do crescimento econômico brasileiro, sobretudo, entre os anos de 2003 e 2008 (Macedo, 2023).

Por consequência, verificou-se mudanças nos preços relativos de bens industriais e das *commodities*, afetando os países exportadores. O Brasil, por exemplo, alterou sua pauta exportadora nas relações com a China, deixando de exportar bens manufaturados para exportar bens primários. Enquanto isso, tornou-se importador de bens industrializados, em especial, com algum grau de intensidade tecnológica. Assim, o papel desempenhado pela economia chinesa e o leste asiático fizeram o “fiel da balança” do que ocorreu na economia mundial neste início de século XXI, com relação aos elementos discutidos nesta seção e que se aprofundaram nas últimas duas décadas.

4 REPERCUSSÕES E MODIFICAÇÕES DOS ELEMENTOS DINÂMICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

As transformações verificadas no âmbito do sistema econômico mundial foram decisivas para condicionar os rumos da economia brasileira, bem como os sentidos de sua crise e agravamento desde os anos 1980. Denota-se a importância de se discutir os condicionantes internos que se somaram às circunstâncias internacionais e engendraram a grave e duradoura crise econômica e social, que consiste numa longa fase de “desconstrução do desenvolvimento nacional” (Cano, 2017). Com base nesse argumento, nesta seção sintetizamos o movimento geral da economia brasileira, destacando-se fatos e processos que condicionaram sua trajetória.

4.1 Origens de uma crise persistente e o estabelecimento da agenda econômica neoliberal

A crise do Estado brasileiro vinha sendo gestada ainda nos anos 1970, quando o governo federal possibilitou a ampliação da entrada de capitais estrangeiros no país, levados pelo ciclo de liquidez internacional e pelo afastamento da paridade com o dólar. Internamente, o quadro institucional implicava na correção monetária de ativos financeiros e na política de desvalorizações cambiais a fim de estimular a entrada de capitais pelos diferenciais das taxas de juros interna e externa. Com isso, os empréstimos estrangeiros se elevaram durante o período de maior crescimento econômico nacional, assumindo a forma de reservas internacionais (Cruz, 1995).

A política econômica do governo militar iria promover a “estatização da dívida”, ora por meio do crescente endividamento das empresas estatais, ora pela “reciclagem” da dívida privada, em operações realizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB). Apesar de ter sido uma estratégia arriscada, em face da elevação dos passivos em moeda estrangeira, as finanças estatais beneficiaram-se desse processo de endividamento na fase de maior crescimento econômico (Cruz, 1995). Foi possível o esforço de reordenar a estrutura produtiva nacional e assumir, ao mesmo tempo, o arranjo e acomodamento dos diversos interesses de setores privados receptores dos recursos públicos.

Essa escolha de política econômica reforça o argumento central de Lessa e Dain (1998) de que, embora tenhamos construído um aparelho produtivo nacional com semelhanças ao dos países capitalistas centrais, a forma como o Estado nacional atua para articular os interesses do capital nacional e o do capital estrangeiro é bastante específica. Os termos dessa “aliança” formaram um “capitalismo associado” que consiste: a) na formação de reservas de espaços de valorização do capital nacional; b) e na manutenção de ganhos semelhantes entre os setores ocupados pelo capital nacional e aqueles ocupados pelo capital internacional⁷ (Lessa; Dain, 1998).

Mas, apesar desse arranjo, as mudanças no contexto internacional, associadas à deterioração do quadro interno, determinaram os rumos da crise econômica nacional. Dada a forte e rápida elevação dos juros internacionais e o enxugamento do crédito, as reservas internacionais se esgotaram e a economia brasileira deixou de ser uma receptora para ser exportadora líquida de capitais (Cruz, 1995). Foi preciso uma política de geração de saldos comerciais que ajudou a estrangular o setor público, já fragilizado com a elevação dos pagamentos de serviços da dívida (Cano, 2000; 2017).

Em termos macroeconômicos, a década de 1980 foi marcada pela crise fiscal e financeira do Estado nacional, pelo processo de aceleração inflacionária, pelas baixas taxas de crescimento e pelos esforços de geração de superávits comerciais. Com efeito, a velocidade com que se deterioraram as

⁷ De acordo com Lessa e Dain (1998, p. 261, grifos nossos), a manutenção da segunda cláusula está ligada à “reiteração dos **padrões ‘pervertidos’ de valorização**”. Para esses autores: “[...] os capitais nacionais tendem a obter massas de lucros que ultrapassam sistematicamente as oportunidades de valorização de suas órbitas. Buscam sempre a forma de ativos – de natureza diversa – como reserva de valor, e **exigem permissividade e estímulo da política econômica em direção a esse tipo de movimento**”. Há, portanto, um predomínio das formas especulativas de valorização da riqueza.

condições da economia brasileira e, em especial, o debilitamento do Estado nacional repercute até os dias de hoje, com aquilo que Cano (2017) chamou de “efeitos cumulativos”.

O agravamento da crise econômica do país, ao longo dos anos 1980, encontrou na implementação do conjunto de medidas do Consenso de Washington a **vela e o caixão** da trajetória anterior de desenvolvimento econômico. Em 1994, a implementação do Plano Real determinaria o alinhamento da política econômica brasileira à ordem financeira internacional (Batista Jr., 1996; Batista, 1994), voltada para sua estabilização e integração, conforme explicitado por Braga (1996). Com efeito, o Plano Real consistia num programa de estabilização monetária associado com a elevação dos déficits externos e com a forte dependência de fluxos de capitais estrangeiros.

A abertura comercial e o processo de estabilização monetária promovido pelo Plano Real coadunaram-se com o novo ciclo de liquidez internacional. Isso fez do Brasil um grande receptor dos fluxos de IDE – sobretudo, a partir de 1996 – justificando a política macroeconômica dos anos 1990, sob o discurso que o fluxo de recursos promoveria um ciclo sustentado de crescimento econômico e de redução da vulnerabilidade externa (Sarti; Laplane, 2002). Não obstante, os efeitos dos fluxos de IDE sobre a taxa de investimentos foram pequenos, em que pese o alto volume de recursos. Em grande parte, os investimentos destinavam-se à aquisição de ativos já existentes, direcionados para o processo de privatizações de estatais em curso naquela década (Sarti; Laplane, 2002; Filgueiras, 2000).

Noutro aspecto, a elevação do IDE levou ao crescimento da participação de empresas estrangeiras no território nacional, num processo de desnacionalização da estrutura produtiva, reflexo direto do movimento de abertura comercial e das privatizações (Sarti; Laplane, 2002). Tratava-se de empresas já inseridas no circuito internacional da produção, cuja orientação da produção no Brasil resultaria na quebra de encadeamentos do aparelho produtivo interno. Isso ocorreria em função do aumento das importações de bens intermediários sem contrapartida no crescimento das exportações, o que ampliava as pressões sobre o balanço de pagamentos.

Já do ponto de vista das finanças, a abertura da economia conectava-se com os desdobramentos da globalização financeira, já avançada nos países centrais. Nos anos 1990, o fenômeno envolveu e integrou os países “emergentes”, que sofreram com crises especulativas e o crescente risco de uma crise global (Gonçalves *et al*, 1998). A abertura financeira visava substituir um padrão de riqueza por outro via prêmio de risco e isso fragilizou ainda mais a indústria, transformando boa parte do capital industrial em “usurário” (Cano, 2010), isto é, mais preocupado com o curto prazo e com dinheiro público a juros subsidiados aportado nas órbitas mercantis ou financeiras⁸.

⁸ Nesse sentido, a expressão usurário define bem a categoria de nossos “rentistas”, caracterizando o padrão associado já apontado por Lessa e Dain (1998), cuja perversidade reside na capacidade de reprodução política da ordem dominante, sustentada por um capital nacional localizado fora da órbita produtiva, como é o caso do setor imobiliário.

Nesse contexto, a condução da política externa na década de 1990 seria determinante da forma como o Brasil se inseriria na nova dinâmica econômica mundial. Destaca-se o movimento da ampliação da conversibilidade da conta de capitais e a desnacionalização de várias empresas do setor financeiro, associado a um movimento de “substituição monetária”, em operações nas quais moedas estrangeiras eram utilizadas para realizar funções da moeda doméstica (Carneiro, 2002). Com isso, ao longo dos anos 1990, a economia brasileira modificou a estrutura de seu balanço de pagamentos que, de gerador de superávits comerciais, passou a importador líquido coberto pela entrada de capitais de curto prazo, aprofundando a dependência externa (Filgueiras, 2000).

O país também verificou modificações nas formas de financiamento da economia, condicionante de outro tipo de inserção externa nacional (Carneiro, 1999), de tal modo que o modelo de crescimento adotado consistia numa ruptura com o padrão de desenvolvimento econômico nacional verificado na maior parte do século XX (Cano, 2000; 2017). Defendia-se, além disso, um suposto apoio à concorrência como motor do crescimento econômico, que substituiria um rol de políticas de estímulo à demanda e à proteção de determinados segmentos produtivos. Em seu lugar, adotava-se uma política de oferta materializada na abertura comercial e na exposição da indústria nacional à concorrência internacional (Carneiro, 2002).

Sob o argumento que o “choque de oferta” estimularia a inovação e a produtividade, levando ao aumento dos salários reais, o Governo Federal avançou na eliminação de barreiras alfandegárias e redução das barreiras tarifárias. Em paralelo, no bojo da política de estabilização monetária, promoveu-se a valorização cambial que também teve impactos nesse processo de abertura. Esse duplo movimento foi responsável pela maior vulnerabilidade externa e pelo aprofundamento da reestruturação produtiva, sem controle dos efeitos sobre o aparelho produtivo nacional.

Com efeito, as âncoras cambial e fiscal do combate à inflação inviabilizaram o uso dessas mesmas ferramentas no controle das contas externas. O balanço de pagamentos ficou sujeito ao ciclo de liquidez internacional dos anos 1990, que trouxe consigo um volume de capitais voláteis e, somando-se à inflexão do fluxo de comércio exterior com o crescimento das importações, o país passou a acumular sucessivos déficits comerciais (Batista Jr., 1996). O cenário apontado também influenciou o processo de endividamento nacional, com a política econômica requerendo volumes apreciáveis de divisas a fim de financiar os déficits comerciais. Com isso, recorreu-se à enorme elevação da taxa básica de juros, como atrativo de capitais externos que pudessem ajudar a estabilizar a conta de capitais, o que fez com que a dívida pública crescesse de maneira acelerada.

Noutro aspecto, a abertura comercial e financeira provocou um movimento de especialização da estrutura produtiva nacional, implicando numa regressão do aparelho produtivo. Assim, o modelo econômico comum à toda a periferia latino-americana teria levado a uma “especialização” em setores primário-exportadores, cuja característica estrutural é a da tendência ao desequilíbrio externo

(Carneiro, 1999). Com efeito, o crescimento econômico brasileiro passou a ter maior dependência das importações, alterando o tipo de nossa inserção externa, com o investimento público perdendo sua importância relativa e aumentando a dependência de capitais estrangeiros.

Somados esses fatores com a perda de autonomia na gestão da política monetária, o resultado foi a crise cambial de 1999, que escancarou a fragilidade dos fundamentos da política econômica neoliberal. O modelo ancorava-se no uso de elevadas taxas de juros enquanto deterioravam-se os níveis de renda da economia nacional. Em resumo, encerramos os anos 1990 com níveis elevados de desemprego e de desaceleração econômica e recorrendo a um novo empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), além do estrangulamento da oferta em função da desestruturação da cadeia produtiva. Nesse movimento, mesmo a inflação terminou a década com níveis mais elevados, cuja crise afetaria os rumos da economia e da política nacional no início do século XXI.

4.2 Mudança de governo, políticas sociais e continuidade do modelo macroeconômico

O desempenho da economia brasileira na primeira década do século XXI marcou-se por um novo conjunto de contradições. Por um lado, reverteu-se a tendência de alguns processos importantes em relação aos anos 1990, como a melhora do mercado de trabalho (Porto; Macedo, 2021; Krein; Manzano, 2014) e do quadro social no país (Quadros, 2014; 2012; Lavinias, 2015; 2014). Por outro lado, manteve-se o modelo macroeconômico anterior e a lógica de valorização ancorada no sistema financeiro, mas com novas frentes de expansão intensivas em recursos naturais⁹ (Macedo, 2023; Cano, 2017; Gudynas, 2009). As características desse modelo permitem qualificá-lo como um novo “consenso das *commodities*”, que foi comum a toda a América Latina (Svampa, 2013).

Ao longo dos anos 2000, a economia brasileira verificou alguns momentos de crescimento econômico combinados com a melhoria das questões sociais. A principal característica dessa nova fase foi o esforço de retomada do Estado em seu papel de estimular o desenvolvimento e de realizar algum tipo de planejamento de longo prazo. Não obstante, na transição para um novo governo, de esquerda, deu-se continuidade a medidas ortodoxas utilizadas na década de 1990, que limitou esse crescimento nos anos iniciais. Já a partir do ano de 2004, verificaríamos taxas maiores de crescimento econômico, mantido o regime de estabilidade macroeconômica (Barbosa; Souza, 2010).

Barbosa e Souza (2010) sugerem a inflexão da política econômica após os primeiros anos do governo petista. Até o ano de 2005 teria predominado o viés neoliberal das principais ações da equipe econômica, em resposta à forte especulação cambial que afetou a economia brasileira ao final de

⁹ Gudynas (2009) e Svampa (2013) criticam esse modelo que se estendeu pela América Latina. O primeiro aponta a persistência de políticas externas com viés estritamente comercial sem dar alternativas ao processo de reprimarização da pauta exportadora cujo foco é no aproveitamento das “vantagens naturais” do continente. Já Svampa (2013) discute a transição de um padrão centrado na liberação de recursos para valorização financeira dos anos 1990 para outro em que permanece a lógica neoliberal acrescida de um padrão de valorização do capital via exportações de bens primários (*commodities*) ou intensivos em mão de obra muito barata (as maquilas). Além dos graves impactos sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos deste novo modelo, ele altera drasticamente a organização socioespacial desses países.

2002. Já entre 2006 e 2008, indicam uma postura “desenvolvimentista”¹⁰, com proeminência de políticas de corte social, limitada pelo estouro da crise financeira internacional no final desse período. Destacaram-se as políticas que levaram ao crescimento do mercado interno, em especial, o consumo das famílias, alterando o perfil da demanda agregada (Amitrano, 2015; Bielschowsky, 2012).

Já os avanços na estrutura social e do emprego tiveram rebatimentos sobre a distribuição de renda (Quadros, 2012). Todavia, o reforço da “agenda social” se deu em razão da garantia de elementos já presentes na Constituição Federal e pela expansão econômica puxada pelo ciclo internacional de *commodities* do início deste século. Além disso, baseou-se numa ampliação de “direito a mínimos monetários” aos estratos mais baixos de renda da população (Lavinias, 2014; 2015). Em vez de o setor público ofertar gratuitamente determinados serviços sociais, os programas de transferência de renda e de expansão da oferta de crédito privilegiaram a oferta privada desses serviços, guiada pelo aumento da renda individual e familiar.

Por consequência, a melhora do quadro social não se deu por mudanças estruturais, tais como seriam via reforma agrária ou por mudanças duradouras da estrutura de ocupação e do emprego do país. Esse foi um “modelo social” que combinou a mobilização e o uso dos bancos públicos na oferta do crédito com uma política que garantia altas taxas de juros e recordes de lucros dos bancos privados (Cano, 2017). Tanto é assim que, após a crise financeira de 2008, o governo retomaria o viés ortodoxo e restritivo de suas ações de política macroeconômica, como discutiremos mais à frente.

A condução da política econômica respondeu, de início, ao ataque cambial especulativo sofrido pelo país às vésperas das eleições presidenciais de 2002, depreciando a moeda nacional e gerando impactos sobre o nível de preços e nas finanças públicas. Isso teria condicionado o governo federal a manter o curso da orientação neoliberal da década anterior, realizando os ajustes recessivos para controle e estabilização da moeda, do câmbio e da situação fiscal do país (Barbosa; Souza, 2010). Já no início de 2003, a taxa básica de juros chegaria a 26,5% ao ano, ao mesmo tempo em que se elevaram as metas de inflação e do resultado fiscal primário do setor público. Por sua vez, o governo manteve as taxas de câmbio flutuando, a fim de demonstrar que sua depreciação decorreria sobretudo do ataque especulativo (Barbosa; Souza, 2010).

Como todo ajuste recessivo, o desempenho econômico foi restringido, cuja desaceleração fez com que a inflação também se arrefecesse e, com isso, a taxa básica de juros voltasse a ser reduzida. O governo ainda realizaria minirreformas tributárias e previdenciária que iriam contribuir para a retomada do crescimento. Dessa maneira, os anos de 2004 e 2005 apresentaram melhor desempenho

¹⁰ Pensamos ser mais correto caracterizar esse período como **expansionista** ou de aceleração do crescimento, conforme Barbosa (2013) em outro artigo de sua autoria. O termo permite referir-se a alguma inflexão da política macroeconômica sem, contudo, sugerir que ocorrera superação do viés neoliberal, como pode indicar o termo “desenvolvimentista”.

do PIB nacional, explicados pelo movimento de apreciação cambial, redução da taxa de juros e crescimento das exportações brasileiras, puxadas pelo desempenho da economia mundial.

Nesses dois anos, também se verificaram o início da política de recuperação real do salário-mínimo, o aumento das transferências governamentais às famílias de baixa renda e a expansão do crédito às famílias. Essas duas últimas com o caráter de políticas compensatórias, dentro de um horizonte de estreitamento dos gastos, mas que permitiu ao governo afirmar que “pôs o povo no orçamento”. Já a política de valorização do salário-mínimo teria efeitos mais robustos sobre a dinâmica econômica brasileira. No conjunto, tais fatores consolidaram a política econômica dos anos seguintes, em que pese a orientação ortodoxa da política monetária e da gestão do BCB, que determinou o ritmo “aceitável” de crescimento econômico do país, pelo manuseio da taxa de juros¹¹.

A partir de 2006, algumas ações de caráter expansionista caracterizariam o núcleo da nova política econômica (Barbosa, 2013), sem mexer nos “fundamentos macroeconômicos”. Verificou-se a aceleração do crescimento econômico do país, controlada a inflação e mantendo-se o ritmo de queda na taxa de juros real. Em função do desempenho do setor externo, elevou-se o acúmulo de reservas internacionais, que dariam maior sustentação à economia brasileira e alguma proteção à vulnerabilidade contra oscilações do curto prazo¹².

No âmbito fiscal, o governo estabeleceu uma política de valorização do salário-mínimo, elevação do investimento público e reestruturação do plano de carreiras e salários do setor público (Barbosa; Souza, 2010). Em 2007, entra em vigor o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), numa tentativa de o Estado retomar o papel de indutor do desenvolvimento. Em decorrência do PAC, verificou-se um enorme crescimento de FBKF, que estimulou tanto o investimento privado como o aumento do consumo de massa. O mercado de trabalho também apresentou bons resultados, com a massa salarial e o rendimento médio crescendo bastante, cujo desempenho só não foi melhor devido à crise internacional no final de 2008 (Porto; Macedo, 2021).

Com efeito, a crise financeira levou à contração do crédito e redução dos preços internacionais e à redução do volume de comércio da economia mundial. No Brasil, elevou-se o fluxo de saídas de capitais estrangeiros, o que impactou no preço da moeda brasileira. Internamente, o crédito doméstico também sofreu rápida redução. O setor exportador foi afetado pelas perdas patrimoniais especulativas de empresas do setor, pela redução do comércio internacional e dos preços das *commodities* (Barbosa,

¹¹ Embora Barbosa e Souza (2010) atribuam esse comportamento do BCB à fase que eles próprios denominam de “neoliberal” do governo Lula, a atuação ortodoxa militante da política monetária atravessou toda a década de 2000. Têm destaques, por exemplo, os últimos atos do Banco Central, já em vias de assumir a nova presidenta da República, Dilma Roussef, em 2011. O BCB não só manteve taxas de juros elevadas no momento de recuperação da crise financeira de 2008, como permitiu uma forte apreciação cambial até o fim do governo. Conforme Barbosa (2013), a taxa de câmbio com o dólar passou de 2,34, em fins de 2008, para 1,66, ao final de 2010.

¹² Apesar disso, Cano (2017) sempre enfatizava que não foi feita nenhuma transição para o longo prazo, o que implicava na permanência da vulnerabilidade externa e a dependência de capitais voláteis. Essa predominância de um curto-prazismo coloca em xeque, inclusive, as noções de novos “desenvolvimentismos” que se criaram.

2013). Com todos esses fatores, a economia brasileira entrou em recessão técnica, acompanhando o próprio desempenho mundial.

Não obstante, o governo central demonstrou alguma capacidade positiva de resposta à crise, com a escolha de medidas anticíclicas. De fato, as políticas que já vinham sendo adotadas nos anos anteriores, em conjunto com as medidas tomadas no bojo da crise permitiram a rápida e forte recuperação da economia brasileira já no ano de 2010. De acordo com Barbosa (2013, p. 81),

Em linhas gerais as principais ações do governo podem ser agrupadas em cinco grupos de medidas: (1) o aumento da liquidez e redução da taxa Selic; (2) a manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos mesmo em um contexto de queda da receita do governo; (3) as desonerações tributárias temporárias e permanentes; (4) o aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos; e (5) o aumento do investimento público em habitação.

O ritmo com que o país retomou o crescimento estimulou o retorno do capital estrangeiro, embora a maior parte tenha sido de capitais de curto prazo, com investimento em carteira. Isso porque o crescimento não foi o único fator a explicar o fluxo de entrada de capitais. O país se manteve entre as maiores taxas reais de juros do mundo, num cenário em que a economia global mantinha taxas muito baixas. Nesse sentido é que reforçamos a ideia da permanência do viés neoliberal da política macroeconômica brasileira (Cano, 2017), tanto que, já no ano de 2010, essa opção de política monetária acelerou a reversão das políticas de estímulo adotadas durante a crise (Barbosa, 2013).

Tal orientação restritiva teria continuado no governo seguinte, em que pese a tentativa frustrada de impulsionar o investimento privado através das desonerações, sem exercer nenhum controle sobre o mercado financeiro. Com efeito, o desempenho da economia brasileira na primeira metade da última década tem forte relação com o sentido da política adotada no novo governo, embora essa também tenha refletido as decisões das autoridades monetárias em finais do governo anterior.

Verificou-se uma forte desaceleração já no ano de 2011, resultante tanto das modificações do cenário externo como das medidas implementadas pelo governo. No que diz respeito às condições internacionais, os países da Zona do Euro sofreram um forte impacto de sua crise interna, levando à retração das economias mais avançadas. Por sua vez, no grupo das economias “emergentes”, houve desaceleração do crescimento, comparado com os níveis da década anterior, sendo mais ilustrativo o caso da economia chinesa. Esses dois fatores conjugaram a deterioração das condições externas, que iriam repercutir na economia brasileira.

No âmbito doméstico, a política monetária dedicou-se a reverter alguns efeitos das medidas anticíclicas adotadas durante e no pós-crise. O diagnóstico das autoridades monetárias sugeria que o aquecimento da economia dava fortes sinais de pressão sobre os níveis de preços. O governo passou a adotar medidas de contenção do crescimento econômico, cujas “medidas macroprudenciais” incluíam a elevação dos níveis de depósitos compulsórios, a elevação do imposto sobre operações financeiras (IOF) e a contenção do crédito. Essas medidas reduziriam o crescimento do consumo sem

produzirem um efeito correspondente nos níveis da inflação¹³ (Serrano; Summa, 2014). O caráter pró-cíclico também se manifestou com a manutenção das elevadas taxas de juros e com novo ajuste fiscal para elevar o superávit primário. Isso implicou na redução do investimento público que, considerando os demais fatores, aprofundou a desaceleração da economia brasileira.

Diante da gravidade da situação, essas medidas começariam a ser revertidas no final de 2011, já tardiamente. Houve uma mudança na política monetária, mantendo-se o componente do ajuste fiscal – sob o argumento ortodoxo que o afrouxamento de uma política só seria possível com o aperto de outra. O governo concentrou, então, suas ações na redução da taxa de juros e na desvalorização do câmbio para tentar reverter o quadro econômico, medidas insuficientes por não contarem mais com a expansão do investimento público.

Não obstante, Rossi, Mello e Bastos (2020) defenderam a hipótese que a desaceleração da economia brasileira no início dos anos 2010 decorreu das limitações da estrutura produtiva que não acompanhou a modernização e ampliação dos padrões de consumo do início deste século. Para esses autores, em vez de ter sido apenas um erro de condução da política econômica ou da “ambiguidade” entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo dos governos petistas, o que houve foi um obstáculo estrutural típico do subdesenvolvimento que impedia a sustentação do padrão de crescimento. Dito de outro modo, a expansão e a diversificação do consumo verificadas a partir do ano de 2003 não teriam sido capazes de estimular a oferta doméstica de bens e serviços.

Em vez disso, nesse período, o movimento de reestruturação e de globalização produtivas – que avança no Brasil a partir dos anos 1990 – gerou perdas de densidade industrial, cujo predomínio das grandes corporações nos principais setores produtivos seria determinante para o volume e direcionamento dos fluxos de comércio externo. O quadro se agravava com o acirramento da competição internacional após a crise de 2008 (Hiratuka; Sarti, 2017), o que reflete as mudanças dos “centros de comando” da economia nacional. Nesse caso, porque as subsidiárias estrangeiras passam a operar elevando as importações de bens de capital e de partes e componentes, para montagem interna do bem final e atendimento da demanda doméstica (Rossi; Mello; Bastos, 2020).

Desse modo, o consumo de massa foi sustentado pela interação dada entre o barateamento dos bens industriais importados, “financiados” pelo crescimento das exportações de bens primários, o que contribuiu para deteriorar as condições do comércio exterior e a estrutura produtiva doméstica (Rossi; Mello; Bastos, 2020, p. 107). De qualquer maneira, recoloca-se o problema dos condicionantes externos associados aos fatores internos, apontados por Cano (2017).

¹³ Serrano e Summa (2014) criticaram o propósito da reversão da política econômica, apontando suas evidentes contradições. Para os autores, a equipe econômica demonstrou uma preocupação exagerada com o aquecimento do consumo via acesso ao crédito, mas teria insistido no estímulo ao crédito imobiliário. Noutro aspecto, a política preocupava-se com o endividamento das famílias e o risco de inadimplência enquanto promovia o encarecimento do crédito e reduzia sua oferta, elevando a inadimplência.

No caso industrial, houve desalinhamentos entre a política industrial e tecnológica com a política macroeconômica nos dois primeiros governos petistas. O esforço bem-vindo de retomada da política industrial deparou-se com o paradoxo de não poder mover os instrumentos de câmbio, de juros e do gasto público para ativar a política (Cano; Silva, 2010). No governo seguinte, denotou-se as limitações que as medidas de desonerações fiscais têm de alcançar os objetivos propalados tanto de estimular o desenvolvimento industrial como de alcançar a estabilidade macroeconômica (Goularti, 2020). Em vez disso, as desonerações teriam contribuído para transferências de recursos do setor público para o setor privado sem a devida contrapartida esperada por essas medidas.

Assim, nos anos 2010, as condições da estrutura industrial se agravariam, enquanto a demanda por bens manufaturados continuava a crescer. Nesse caso, se tomarmos de empréstimo a hipótese de Rossi, Mello e Bastos (2020), teríamos um caso curioso de desenvolvimentismo¹⁴ que não logrou enfrentar os entraves do desenvolvimento. Em vez disso, como apontam, em todo o período o grau de heterogeneidade produtiva se manteve, mas agora enfrentando a desaceleração econômica, nova crise internacional e o acirramento da competição internacional.

4.3 De novo e ainda a crise e o fim do curto ciclo de expansão anterior

As interpretações sobre o ciclo de desaceleração, recessão e lenta retomada da economia brasileira, da última década, caracterizando sua nova grande crise, ainda passam pelos vieses do reduzido “distanciamento histórico” e da disputa de narrativas dos diferentes campos políticos (Rossi; Mello; Bastos, 2020). O fato é que, ao longo dos anos 2010, o país experimentou anos iniciais de desaceleração seguida de grave recessão econômica (2015-2016), cuja queda acumulada do PIB foi em torno de -7%. Por sua vez, o desempenho recente tem sido de crescimento econômico muito baixo, tendo a condição se agravado nos anos da pandemia de Covid-19.

De acordo com Oliveira e Barros (2023), situações prolongadas de baixo desemprego levam a crescentes incômodos das classes dominantes, que buscam refrear as mudanças sociais, políticas e econômicas pró-trabalhadores. Por isso, na década de 2010, teria ocorrido no Brasil uma maior pressão pela adoção de políticas econômicas contracionistas, mesmo num cenário de desaceleração e piora do quadro externo. A partir de 2015, isto teria ficado muito evidente, em face das medidas draconianas adotadas. Este argumento chama a atenção, não tanto pela explicação da reversão do ciclo econômico, mas para a compreensão dos fatores políticos que provocaram forte retrocesso dos ganhos sociais obtidos ao longo dos anos 2000 ou garantidos pela Constituição Federal.

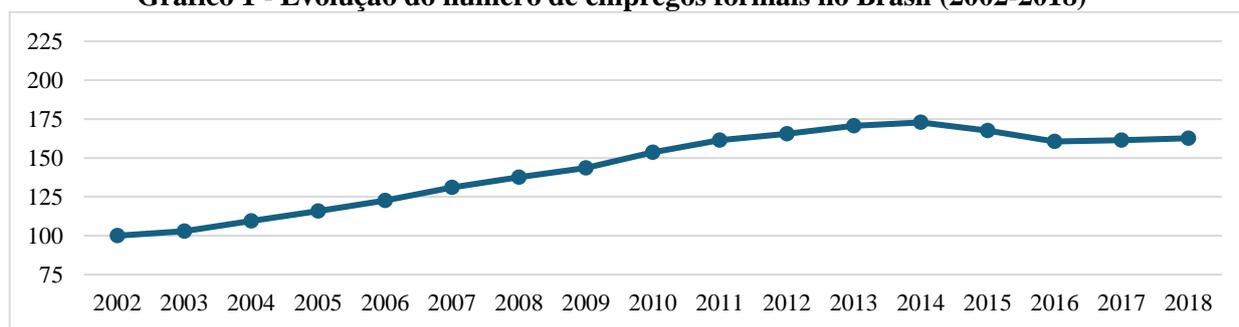
¹⁴ Boito e Saad-Filho (2016) deram o nome de “neodesenvolvimentismo” ao que correspondia a um arranjo político e econômico que combinava a permanência do neoliberalismo e a ênfase na expansão do consumo de massa, estimulado por um papel ativo do Estado. Esse arranjo envolveu, por um lado, a expansão dos gastos do governo e dos trabalhadores para a ativar o crescimento econômico e, por outro, um arranjo político com o “bloco do poder”. O termo teria sido cunhado para indicar que existiu um conjunto de avanços sociais e de medidas políticas bastante rejeitadas por frações da burguesia e da classe média (Rossi; Mello; Bastos, 2020).

Logo, não foi apenas uma mudança na trajetória de longo prazo em relação ao breve ciclo de expansão anterior. O período recente (pós-2014) caracteriza-se por aquilo que optamos por chamar de “a crise de novo e ainda”. Isso porque o quadro implica na permanência da longa crise que perdura por mais de quatro décadas, como sempre nos lembrava o saudoso economista Wilson Cano. Nesse sentido, é possível dizer que, neste início de século XXI, o país novamente configurou a famosa imagem da *fantasia desfeita* fornecida por Celso Furtado (1989), quando buscou caracterizar outro período de nossa história econômica. Resguardadas suas diferenças históricas, vimos *organizar novamente a fantasia, sem assumi-la de forma explícita, mas que logo se desfez, ainda antes de colocarmos o carro na avenida onde o povo esperava para o carnaval*.

Com efeito, após duas décadas de baixo crescimento (1980-1990), vivenciou-se um ciclo de expansão pós-2003, que motivou várias teses sobre a retomada do desenvolvimentismo. Essas ideias foram corroboradas pela elevação das taxas médias de crescimento, redução dos níveis de desemprego, ganhos salariais e mudanças sociais, com melhora na distribuição de renda. Contudo, a partir de 2015, o Brasil vivenciou uma grave recessão econômica e aprofundou um conjunto de mudanças políticas, sociais e econômicas que, não apenas revertiam as melhoras da década anterior, como possibilitaram duro ataque às conquistas obtidas na CF (Oliveira; Barros, 2023).

O Gráfico 1 demonstra o momento de inflexão da economia brasileira, pela evolução do mercado de trabalho formal, segundo dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Após um ciclo virtuoso de expansão dos empregos formais (2002-2014), que acompanhou o crescimento econômico do país em ritmo ainda mais acelerado, a economia brasileira apresentou uma queda muito brusca no estoque de empregos entre 2015 e 2016. A queda fez com que o nível de emprego formal do país tivesse retomado para os níveis do início da década (Porto; Macedo, 2021).

Gráfico 1 - Evolução do número de empregos formais no Brasil (2002-2018)



Fonte: Extraído e adaptado de Porto e Macedo (2021, p. 310).

Não obstante, o desempenho do mercado de trabalho estabilizou-se entre os anos de 2017 e 2018, deixando de apresentar novas quedas abruptas, mas também sem retomar os padrões anteriores aos da recessão. Entre 2002 e 2014, o Brasil verificou transformações amplas na sua estrutura de empregos formais, com manifestações distintas entre os setores econômicos (Porto; Macedo, 2021).

Todavia, com a crise econômica, os efeitos recessivos sobre o mercado de trabalho foram generalizados, afetando mais ou menos igualmente todos os setores. Desse modo,

Em 2018, o estoque de empregos formais no país era de 46,6 milhões de vínculos ativos, algo 5,9% menor do que era no ano de 2014. A queda chegou a ser de -7,1%, no ano de 2016, equivalente a uma perda de 3,5 milhões de empregos formais, entre 2014 e 2016, após dois anos de aumento expressivo das demissões e de elevação do desemprego no país (Porto; Macedo, 2021, p. 310, tradução livre)

Os componentes do ritmo de crescimento da economia brasileira neste início de século podem ser observados na Tabela 1. Entre 2003 e 2008, o desempenho das exportações brasileira foi decisivo para o crescimento econômico. Após a crise de 2008 e com a queda do preço internacional das *commodities*, o principal componente das taxas de crescimento era o consumo das famílias, que se beneficiou das políticas de ampliação do crédito ao consumidor e da maior capilaridade dos bancos públicos (Porto; Macedo, 2021). Observa-se que, entre 2008 e 2013, o país acelerou a Formação Bruta de Capital (FBKF), impulsionado pela ampliação do investimento público e, no setor privado, pelo desempenho da Construção Civil, por conta do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Tabela 1 - Brasil: taxa média anual de crescimento da demanda agregada, segundo os componentes da demanda, 2000-2019 (em % a.a.)

Componentes da Demanda	Períodos selecionados				
	2000-2003	2003-2008	2008-2013	2008-2014	2014-2019
PIB a preços de mercado	1,9	4,8	3,2	2,8	-0,6
Consumo das famílias	0,5	5,3	4,5	4,1	-0,3
Consumo do Governo	2,7	3,1	2,6	2,3	-0,4
FBKF	-1,4	8,2	5,6	3,9	-4,8
Exportações	8,9	7,0	1,7	1,2	2,8
Importações	-3,8	14,4	7,8	6,1	-2,1

Fonte: Sistema de Contas Nacionais - SCN / IBGE, extraída de Porto e Macedo (2021, p, 304).

Após esse período, a economia brasileira começou a desacelerar, conforme se observa do desempenho do PIB no recorte temporal de 2008-2014. Já entre 2014 e 2019, apenas as exportações tiveram desempenho positivo na composição da demanda agregada, embora com desempenho bem abaixo que antes da crise de 2008. Nesse período, a economia brasileira apresentou desempenho negativo, com taxa média anual de -0,6%, influenciada, sobretudo, pela grave recessão de 2015-2016.

Em que pese seu baixo desempenho, no curso da década de 2010, manifestou-se a perversa continuidade e força de um programa econômico controverso, politicamente liberal, mas reafirmado nas eleições de 2018 (Salama, 2019). No seu conjunto, foram mudanças institucionais e programas de governo que ora tinham um caráter pró-cíclico (com ênfase na contenção do gasto público), ora tinha um caráter antissocial (removiam o “colchão” de proteção social frente à crise)¹⁵. Assim, a

¹⁵ Destacam-se: a) a montagem e atuação da nova equipe econômica de Dilma Rousseff II; b) o processo de *impeachment*, que resultou na descontinuidade das políticas sociais, isto é, na implementação de um plano de governo não deferido pelas urnas; c) “Teto de gastos”, com vistas a limitar o crescimento do gasto público (instituído em 2016 e substituído em 2022); d) a reforma trabalhista (aprovada em 2017); e) a reforma previdenciária (aprovada em 2019); f) a independência do Banco Central; g) o Novo Arcabouço Fiscal (em 2023), mais sofisticado que o “teto”, porém sob o mesmo arcabouço conceitual (Silva; Malta, 2022).

outrora condição de economia emergente, deixa de ser aplicada, dado que seu PIB *per capita*, no longo prazo, não se aproxima dos países mais avançados, revelando o caráter predominante do rentismo na economia brasileira (Salama, 2019)

5 CONCLUSÃO

Neste artigo, procuramos analisar a trajetória de longo prazo da economia brasileira, desde os anos 1980 até a última década, com foco nos principais fatores e períodos que influenciaram seus rumos. Numa perspectiva histórico-estrutural, argumentamos que o país enfrenta uma crise permanente, incapaz de contrarrestar a dinâmica geral do capitalismo contemporâneo. Destacamos a influência que a expansão da riqueza financeira mundial, a liberalização dos mercados de câmbio e a desregulamentação dos fluxos de capitais tiveram sobre a economia na escala nacional. Por sua vez, a emergência da economia chinesa teve impacto significativo na dinâmica econômica mundial e, por conseguinte, da brasileira. Por fim, reconheceu-se a permanência de uma crise econômica e social do Brasil, que consiste num longo período de “desconstrução do desenvolvimento nacional”.

Neste início de século XXI, concluímos que a economia brasileira passou por um breve, mas importante, ciclo de expansão (2003-2014), após duas décadas de muito baixo crescimento (1980-1990). Contudo, a partir de 2015, o país vivenciou um quadro grave de recessão econômica e lenta recuperação, que reverteu as melhorias sociais obtidas na década anterior. Nesse sentido, observam-se as determinações mais gerais do processo de globalização e do neoliberalismo nos rumos do desenvolvimento brasileiro. O principal resultado deste contexto foi a perda da capacidade de atuação dos Estados nacionais da periferia capitalista e a forte evidência de uma economia mais centrada nos padrões de valorização financeira (rentista) e de extração dos recursos naturais (extrativista).

REFERÊNCIAS

AMITRANO, C. R. Um mapa setorial do emprego e dos salários a partir dos dados da Rais. **Texto para Discussão (IPEA)**, n. 2033, Brasília, DF, jan., 2015. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3633/1/td_2033.pdf. Acesso em: 14 set. 2022

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (orgs.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo, SP, Boitempo, 2010.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo, SP, Boitempo, 2013.

BASTOS, P. P. Z. Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado: método, esquema analítico e projeto político. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 15, n. 27, p. 227-261, jul./dez. 2020.

Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/532/pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA JR. P. N. (org.). **Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil**. Brasília, DF, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 [1994]. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/331-Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

BATISTA JR., P. N. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 28, p. 129-197, dez., 1996. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000300007>

BELLUZZO, L. G. M. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: uma expansão conceitual. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. especial, p. 729-747, dez., 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400002>

BOITO, A.; SAAD-FILHO, A. *State, state institutions, and political power in Brazil*. **Latin American Perspectives Review**, v. 43, n. 2, pp. 190-206, jan., 2016. <https://doi.org/10.1177/0094582X15616120>

BRAGA, J. C.; OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W.; PALLUDETO, A. W. A.; DEOS, S. S. *For a political economy of financialization: theory and evidence*. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. especial, pp. 829-856, dez., 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art1>

BRAGA, J. C. **Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica da financeirização do capitalismo**. Campinas: IE/Unicamp, 2000.

BRAGA, J. C. O espectro que ronda o capitalismo. **Jornal Folha de São Paulo**, 01 de setembro de 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/01/mais!/2.html>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRANDÃO, C. A.; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. Dialogar com o Norte e refundar o pensamento crítico espacial latino-americano. In: BRANDÃO, C.; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para a América Latina**. Rio de Janeiro: Letras Capital/Observatório das Metrópoles, 2018.

BRANDÃO, C. A. Anotações para uma geoeconomia política transescalar do subdesenvolvimento histórico-geográfico desigual na periferia do capitalismo: lições para a América Latina? In: BRANDÃO, C.; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para a América Latina**. Rio de Janeiro, Letras Capital/Observatório das Metrópoles, 2018.

CANO, W. Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 2, pp. 265–302, ago., 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>

CANO, W. **Introdução à Economia: uma abordagem crítica**. 3ª ed., São Paulo, Ed. Unesp, 2012.

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v.1, n.27, p.29-57, São Paulo, out., 2010. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/905>. Acesso em: 14 set. 2022

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. Unesp/Unicamp-Economia, São Paulo/Campinas, 2000.

CANO, W; SILVA, A. L. G. Política industrial do governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de A. (Org.). **Governo Lula – essência e aparência: um balanço crítico**. Rio de Janeiro, RJ, Garamond, 2010.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX**. São Paulo, SP, Ed. Unesp / IE-Unicamp, 2002.

CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade**, v. 8, n. 2, pp. 57-92, dez., 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643136>. Acesso em: 10 set. 2022

COMISIÓN ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2006. **Tendencias 2007 (relatórios anuais)**. Santiago (Chile), ago., CEPAL, 2007. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/19239>. Acesso em: 10 set. 2022.

COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, v. 1, n. 11, p. 137-150, dez., 1998. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/482/04_LucBel.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

CRUZ, P. R. D. C. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, v. 5, n. 1, pp. 121-144, 1995. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2287>. Acesso em: 15 set. 2022

EGLER, C. As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 53, n. 3, p. 229-245, jul./set., 1991. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1052>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. São Paulo, SP, Boitempo, 2000.

FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FURTADO, C. **O Longo Amanhecer**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. Paz e Terra, São Paulo, 1998.

FURTADO, C. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

GONÇALVES, R.; BAUMANN, R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O. **A nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GOULARTI, J. G. **Política fiscal e desoneração tributária no Brasil**. 2ª ed., Florianópolis: Ed. UNESC / Insular, 2020.

GUDYNAS, E. *Inserción internacional y desarrollo latinoamericano en tiempos de crisis global: una crítica a la Cepal*. **D3E – Desarrollo, Economía, Ecología, Equidad – América Latina / Observatorio de la Globalización**, n. 7, dez., 2009. Disponível em: <http://www.obela.org/system/files/ODG7GudynasRevisionCepal.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

HERNANDEZ, M. G. **Internacionalização produtiva e regressão estrutural do México na divisão internacional do trabalho (1995-2019)**. Tese (doutorado em desenvolvimento econômico), Campinas, SP, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2022.

HIRATUKA, C. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. **Texto para Discussão (IE-UNICAMP)**, n. 339, mai., 2018. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3630/TD339.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1 (146), p. 189-207, jan./mar., 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a10>

KREIN, J. D.; MANZANO M. P. **Notas sobre a formalização: estudo de caso - Brasil**. Brasília, DF, OIT, 2014. Disponível em: https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_248265/lang-es/index.htm. Acesso em: 10 set. 2022

LAVINAS, L. América Latina: mínimos monetários em lugar da proteção social. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, v. 2, n. 8, pp. 18-27, nov., 2014. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/apresentacao-08/>. Acesso em: 10 set. 2022

LAVINAS, L. “Modelo social” em crise. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, v. 3, n. 18, pp. 31-38, abr., 2015. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/ajuste-fiscal-e-questao-social/>. Acesso em: 10 set. 2022

LESSA, C.; DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, L. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 4ª ed., Campinas: Instituto de Economia / Unicamp, 1998.

MACEDO, F. C. **Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

MEDEIROS, C. A. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, pp. 381-400, jul./set., 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000300004>

MINSKY, H. P. *The financial instability hypothesis: a restatement*. In: MINSKY, H.P. **Can it happen again?** Nova York, M. E. Sharpe, 1984.

OLIVEIRA, B. R.; BARROS, L. A. Reversão de situações próximas ao pleno emprego e ataques aos direitos sociais: os casos dos países centrais ao final da Era Ouro e do Brasil na década de 2010. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 18, n. 34, p. 78-110, jan./abr., 2010. <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-21>

PORTO, L. R.; MACEDO, F. C. *Desempeño regional del mercado de trabajo formal en Brasil (2002-2018)*. **Semestre Económico**, v. 24, n. 56, pp. 299-323, jan./jun., 2021. <https://doi.org/10.22395/seec.v24n56a13>

QUADROS, W. Melhorias sociais no período 2004 a 2008. **Texto para Discussão (IE-UNICAMP)**, n. 176, Campinas, SP, IE-Unicamp, mai., 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1806/texto176.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022

QUADROS, W. 2009 a 2012: heterodoxia impulsiona melhorias sociais. **Texto para Discussão (IE-UNICAMP)**, n. 230, Campinas, SP, IE-Unicamp, mai., 2014. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3344/TD230.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022

ROSSI, P.; MELLO, G.; BASTOS, P. P. Z. *The growth model of PT governments: a furtadian view of the limits of recent Brazilian development*. **Latin American Perspectives**, v. 47, n. 1(230), pp. 100-114, jan., 2020. <https://doi.org/10.1177/0094582X19891700>

SALAMA, P. O Brasil em retrocesso? **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 14, n. 24, pp. 177-203, jan./jun., 2019. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/393>. Acesso em: 09 mar. 2025.

SARTI, F.; LAPLANE, M. F. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1 (18), pp. 63-94, jan./jun., 2002. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/536/03-Sarti%20e%20Laplane.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Notas sobre a desaceleração rudimentar da economia brasileira. In: EARP, F. S.; BASTIAN, E. F.; MODENESI, A. M. (Org.). **Como vai o Brasil? A economia brasileira no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Imã Editorial, 2014.

SERFATI, C. *Transnacional corporations as financial groups*. **Work Organisation, Labour & Globalisation**, v. 5, n. 1, p. 10-38, 2011. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.13169/workorglaboglob.5.1.0010>. Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, I. J. H. G.; MALTA, M. M. O fim do teto de gastos, novo arcabouço fiscal e a possibilidade de “incluir o pobre no orçamento” no governo Lula: os limites do desenvolvimento sob o estranho consenso macroeconômico. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 17, n. 33, p. 173-205, set./dez., 2022. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/758>. Acesso em: 09 mar. 2025

SUGIMOTO, T. N. **Padrões de desenvolvimento e inserção diferenciada da Ásia e da América Latina na divisão internacional do trabalho contemporânea**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2017.

SVAMPA, M. “*Consenso de los commodities*” y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, pp. 30-46 mar./-abr., 2013. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 10 set. 2022.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia americana. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L (Org.) **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. 2ª ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

TAVARES, M. C.; METRI, M. A geoeconomia do império e as mutações do capital: os dois ciclos de expansão econômica dos Estados Unidos no final do século XX. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 1, p. 3-21, jan./mar., 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3043>